

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16028 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 15 - Psicologia da Educação

TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA PENSAR OS PROCESSOS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Jéssica Pontes Aires - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Ana Paula dos Santos Ferraz - COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA PENSAR OS PROCESSOS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESUMO

Este estudo visa refletir sobre as contribuições da Teoria Histórico-Cultural (THC) para os processos de inclusão na educação superior. Ancorou-se em uma abordagem qualitativa, cuja interpretação dos dados foi realizada considerando a Análise do Conteúdo. Os resultados mostram a necessidade de ferramentas diferenciadas para pessoas com deficiência na educação superior. Alguns núcleos de acessibilidade oferecem este suporte pedagógico, por meio de práticas vinculadas à área de educação especial, realizadas, em sua grande maioria, por estudantes bolsistas em formação inicial e também por terceirizados. As ações e práticas fundamentam-se em uma pedagogia tecnicista/escolanovista onde há um reconhecimento das diferenças individuais e preocupação com métodos, técnicas e instrumentos como forma de objetivar o trabalho pedagógico, longe da perspectiva de formação humana. Entretanto este contexto não é unânime, pois há núcleos de acessibilidade que lutam pela educação enquanto socialização dos conhecimentos historicamente construídos, com práticas baseadas na colaboração entre professores universitários e professores de educação especial, que garante a mediação do saber científico. Portanto, a THC pode contribuir para os processos de inclusão na Educação Superior, desde que constitua um projeto de educação que considere a função social da universidade, engajado em lutas por outro projeto de sociedade, baseado na emancipação humana.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural. Processos de inclusão. Educação Superior.

Introdução

A Teoria Histórico-Cultural (THC) ainda é pouco conhecida e estudada de forma mais profunda no Brasil, tanto pela sua complexidade, quanto pela escassez de material traduzido. Embora apresentem problemas de tradução, as obras de Vigotski “Pensamento e Linguagem” e “Formação social da mente”, continuam sendo as mais difundidas (DUARTE, 2001; PRESTES, 2010). E, com base em tais traduções, há tentativas de aproximação do pensamento de Vigotski com as ideias de inclusão total como forma de justificá-la.

Não se desconsideram as contribuições, da THC para pensarmos os processos de inclusão, no entanto, como Breitenbach (2018) já demonstrou em sua tese, ao tratar

a coletividade como fator de desenvolvimento, novamente, mostra quão equivocada, teórica e politicamente é a utilização de Vigotski para defender a **inclusão de todos** na Educação Básica comum/regular. A diferença, própria da coletividade, **se muito acentuada/distante**, pode não ser propulsora de desenvolvimento, pois o outro pode também ser incompreensível. (p.103-104, **grifo nosso**)

Nesse sentido, a coletividade é um fator que torna possível o processo de inclusão de estudantes com deficiência, todavia não é toda criança que vai se beneficiar com esse processo, pois depende das diferenças no desenvolvimento de cada sujeito presente nessa coletividade, uma vez que, se deve compreender que uma coletividade que proporciona desenvolvimento é aquela que se aproxima daquilo que a criança ainda não consegue fazer sozinha, mas que, com a ajuda de outra criança ou adulto, já se torna capaz de realizar.

Essa definição pode ser compreendida a partir dos conceitos de zona de desenvolvimento iminente e real mencionados na obra “Fundamentos de Defectología” (VYGOTSKI, 1997), pois está nos permite compreender a contribuição da THC para os processos de inclusão.

Costas e Selau (2018), em seu artigo intitulado “Os Fundamentos de defectología and the development of Special Education teachers in Brazil”, buscaram confirmar se tal obra estaria presente nos materiais oficiais da SECADI/MEC/Brasil a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). A pesquisa foi realizada também em nível de pós-graduação, Grupos de Trabalho n. 15 – Educação Especial – e n. 20 – Psicologia da Educação – da ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Os resultados demonstraram que em nenhum dos documentos oficiais elaborados por aquela Secretaria/Ministério da Educação houve a inserção da obra Fundamentos de Defectología em sua metodologia didática e materiais para formação de professores que visem a Educação Especial. Constatou-se que a obra compõe suporte teórico, foco de análise e interpretação em pesquisas, como trabalhos finais, teses e dissertações, limitando-se aos Programas de Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior. Portanto, ainda é pouco disseminada na formação docente continuada.

Diante disso, considera-se necessário refletir sobre as contribuições da perspectiva epistemológica da THC para as ações de educação especial no espaço da educação superior, considerando a Lei nº 13.409/2016, que torna compulsória às universidades federais a reserva de vagas para pessoas com deficiência, entendendo esse espaço como lugar de aprendizado dos conhecimentos historicamente construídos, sem reduzi-lo a um lugar de formação mínima

e socialização. Nesse viés, é mister pensar sobre a formação humana entendendo a apropriação do saber científico dentro de um processo que não é isolado, não é do sujeito, e sim como resultado de um trabalho coletivo.

Metodologia

A investigação foi de abordagem qualitativa considerando as seguintes etapas: levantamento da produção do conhecimento na área; mapeamento das instituições públicas de educação superior do país; elaboração e envio de formulário online para conhecer a realidade das instituições e delimitar critérios de inclusão e exclusão para participação na pesquisa; análise das respostas dos formulários e elaboração de roteiro de entrevista; contato via e-mail com as instituições que responderam ao formulário e convite para participar de entrevista via Google Meet; agendamento e realização das entrevistas.

Das 63 instituições federais de Ensino Superior mapeadas, obteve-se 21 respostas aos formulários. Destas, foram realizadas 17 entrevistas, as quais foram gravadas com o consentimento dos participantes e posteriormente transcritas.

A Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) seguiu três fases: I) pré-análise, consistiu em elencar os documentos oficiais que orientam a educação na perspectiva da educação inclusiva formulando os tensionamentos e objetivos da investigação, bem como estabelecendo as categorias de análise; II) a exploração do material, caracterizada pela leitura e realização de recortes de textos das respostas dos formulários e transcrição das entrevistas, agrupando-os de acordo com as categorias de análise. III) inferência e interpretação, etapa em que os fragmentos das entrevistas e recortes das respostas dos formulários agrupados de acordo com categorias de análise subsidiaram as reflexões por meio do suporte teórico (THC), compreendendo a educação especial na educação superior enquanto elemento que constitui uma prática social, apresentando uma estrutura e dinâmica de funcionamento que se relaciona dialeticamente com os fenômenos sociais.

Resultados

Vigotski (1997) postulava sobre a necessidade de se pensar formas diferenciadas de intervir, de modo a proporcionar às pessoas com deficiência acesso à cultura de maneira a aproximar seu desenvolvimento ao das pessoas com desenvolvimento típico. Dessa maneira, ele retoma a ideia de promover a interação de grupos heterogêneos como forma de impulsionar o desenvolvimento das pessoas com deficiência, desenvolvendo assim os conceitos de mediação, níveis de desenvolvimento e zona de desenvolvimento iminente (ZDI), (PRESTES, 2012).

Desse modo, considerando a necessidade de mediação instrumental e humana para o desenvolvimento de estudantes com deficiência que acessaram à educação superior, importamos pensar sobre seus processos de inclusão, muito embora os estudantes que chegam a esse nível de ensino já estejam em outra fase de seu desenvolvimento. É necessário compreender que o processo de ensino deve considerar o desenvolvimento do estudante com deficiência, entendendo sua natureza e necessidade de ferramentas diferenciadas para compreensão do que está sendo ensinado nas disciplinas de seus cursos.

Vigotski não explicitou a ideia de um processo de inclusão plena ou total, uma vez que considerava importante o trabalho das escolas especiais frente a alguns estudantes com deficiência mais severas. Ele preconizava a diferença no processo de desenvolvimento e, por conseguinte, na atividade instrumental (que envolve ferramentas e signos) a ser utilizada na mediação. Com isso, a importância da coletividade e da diferença entre níveis de desenvolvimento nas interações, bem como na oferta de atividades instrumentais diferenciadas. Estas são essenciais, pois permitirão aproximar as aquisições culturais dos estudantes com desenvolvimento típico aos estudantes com deficiência.

Sob essa perspectiva, compreende-se que, por vezes, há a necessidade de ferramentas diferenciadas na educação de pessoas com deficiência, os resultados mostraram que, na educação superior os estudantes com deficiência, contam com algum suporte pedagógico. Este acontece por meio de práticas vinculadas à área de educação especial, realizadas, em sua grande maioria, por estudantes bolsistas em formação, que não possuem vínculo funcional com a instituição, sem gozar de direitos trabalhistas para tal e também por profissionais terceirizados como psicopedagogos. Essas condutas, podem dificultar ou até obstaculizar a apropriação das ferramentas culturais e o desenvolvimento das funções superiores deste estudante, pois estes estudantes ainda não possuem uma formação específica e não há evidência que os demais profissionais também compreendam as peculiaridades do desenvolvimento de uma pessoa com deficiência inserida na educação superior.

Ao pesquisar as ações e práticas que permeiam o projeto de educação especial nas Universidades Federais, considerando a Lei nº 13.409/2016, que torna compulsória às universidades federais a reserva de vagas para pessoas com deficiência, desvelou-se que as práticas pedagógicas desenvolvidas nas IES estão vinculadas ao projeto de educação que, de modo geral, é a educação a serviço do capital. Tal projeto de educação secundariza o conhecimento científico desenvolvido nas universidades e se ancora em uma perspectiva inclusiva que se expressa pelo assistencialismo e diversas formas de privatização (VAZ, 2017).

Observou-se ainda, um desmonte na Educação Superior, corroborada por: redução orçamentária, extinção/falta de código de vagas para profissionais específicos da área da educação especial, sobrecarga de trabalho docente e técnico, privatização de serviços, entre outros. As ações e práticas são fundamentadas, em sua maioria, por uma pedagogia tecnicista/escolanovista onde há um reconhecimento das diferenças individuais e maior

preocupação com métodos, técnicas e instrumentos como forma de objetivar o trabalho pedagógico, algo muito longe da perspectiva de formação humana preconizada por Vigotski. Tal contexto não é unânime, uma vez que há núcleos/setores de acessibilidade que buscam lutar pela educação enquanto socialização dos conhecimentos historicamente construídos, entendendo a necessidade de práticas baseadas no conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem por meio da colaboração entre professores universitários e professores de educação especial como forma de garantir a mediação do saber científico.

Considerações Finais

Este texto teve como escopo estabelecer as possíveis contribuições da Teoria Histórico-cultural como fundamento epistemológico das ações educacionais com vistas ao processo de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior, particularmente a partir da promulgação da Lei 13.409/2016.

No que se refere às ações que envolvem a aprendizagem e o desenvolvimento das pessoas com deficiência na Educação Superior, em uma perspectiva que considere os pressupostos da Teoria Histórico-cultural, o contraditório de um projeto de educação a serviço do capital, também se explicita no que tange às ações dos Núcleos de Acessibilidade. Enquanto alguns núcleos ainda não consideram o fazer pedagógico enquanto propulsor do desenvolvimento humano e a apropriação do saber sistematizado, outros núcleos/setores de acessibilidade e/ou servidores que atuam nesses espaços, buscam compreender a educação como um processo de trabalho coletivo cuja responsabilização pelas ações de educação especial não está apenas ligada ao núcleo/setor de acessibilidade ou grupo de servidores. Em vista disso, é preciso disponibilizar meios para que os estudantes apoiados pela educação especial obtenham as mediações pedagógicas necessárias que lhes possibilitem o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores de forma a refletirem e agirem conscientemente sobre a sua realidade, modificando-a, e não apenas se adaptando a ela.

Portanto, nesta pesquisa a Teoria Histórico-Cultural demonstrou-se um possível contributo para os processos de inclusão educacional na Educação Superior, mas para que possa efetivamente subsidiar epistemologicamente a análise da totalidade, deverá alicerçar e constituir um projeto que compreenda a função social da universidade e que esteja engajado em lutas por outro projeto de sociedade, baseado na emancipação humana.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo:

Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei n. 13.409** de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em: 29 de julho 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, Brasília, 2008.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. **A aprendizagem do estudante com deficiência intelectual na educação superior**: obstáculos e possibilidades. 2018. 250 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

COSTAS, F. A. T., & SELAU, B. (2018). On Fundamentos de defectología and the development of Special Education teachers in Brazil. *Educação*, 41(3), 401–410. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.3.31865>

DUARTE, Newton **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. — Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea)

PRESTES, Zoia Ribeiro. **Quando não é quase a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil** – Repercussões no campo educacional. 2010. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9123>. Acesso em 01 de julho 2024

PRESTES, Zoia Ribeiro. **Quando não é quase a mesma coisa**: traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**: Fundamentos de Defectología. Madrid: Visor, 1997

